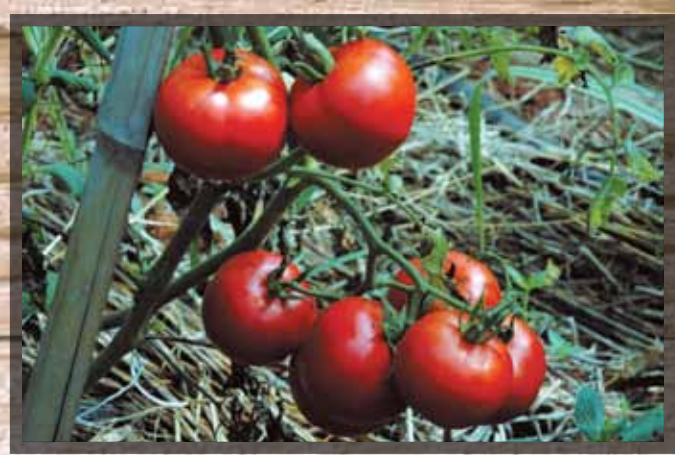
Jornal UFG

Impresso Especial
9912229887-DR/GO
UFG
CORREIOS

PUBLICAÇÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – ANO VI – Nº 44 – ABRIL – 2011

Soberania Alimentar

Alimentos com altas de preço constantes e alertas de que o número de pessoas miseráveis tende a aumentar no planeta são sinais de que é preciso repensar o modelo de produção de alimentos adotado por todos os países. Na mesa-redonda desta edição, veja como especialistas no assunto entendem o desafio brasileiro de investir na agricultura familiar e garantir a soberania alimentar do país
(páginas 6 e 7)



Capa: Reuben Lago Fotos: Carlos Siqueira e Lisbeth Oliveira

Saiba mais sobre o letramento digital (página 3)

Pró-reitores discutem a gestão das universidades (página 4)

Câncer de mama e terapia hormonal (páginas 8 e 9)

Novas formas de avaliação em sala de aula (página 11)

UFG 50 ANOS
CONHECIMENTO SEMPRE PRESENTE

EDITORIAL

Dulce Terezinha Oliveira da Cunha*

Soberania alimentar e combate à fome

Falar acerca de soberania alimentar e combate à fome remete-nos à necessidade de considerar a relação existente entre a segurança alimentar e nutricional (SAN) e o direito humano à alimentação adequada (DHAA). O conceito de SAN engloba dois aspectos diferentes, porém complementares: o aspecto alimentar, relacionado com a produção e a disponibilidade de alimentos, e o aspecto nutricional, que diz respeito às relações entre o homem e o alimento.

A Emenda Constitucional n° 64, de 5 de fevereiro de 2010, incluiu, no Art. 6º da Constituição, que trata dos direitos sociais, a alimentação. Cumpre ressaltar que a dimensão "nutricional" ser incorporada, no Brasil, à segurança alimentar indica a importância do binômio qualidade-quantidade e qualifica o posicionamento do Brasil nas discussões internacionais sobre o tema, no melhor entendimento do DHAA, da soberania alimentar e das ações de combate à fome.

A Declaração de Nyélény, lançada no Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, em 2007, conceitua a soberania alimentar como o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, pressupondo o direito de cada povo de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo. Essa concepção coloca, no coração dos sistemas e politicas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas, aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos, . A soberania alimentar promove o comércio transparente, que deve garantir a todos os povos uma renda digna e aos consumidores, o direito de controlar sua própria alimentação e nutrição. Garantidos também devem ser: os direitos de acesso à terra e de gestão de territórios, águas, sementes e animais, o respeito à biodiversidade e o principio de que esses recursos estejam nas mãos daqueles que produzem os alimentos. Na ótica da soberania alimentar, insere-se, ainda, a necessidade de regulamentação da propaganda de alimentos, em especial da alimentação infantil, para que ela não guie as escolhas alimentares das pessoas.

A alimentação é fonte de vida e saúde. Portanto, se há realmente vontade politica de combate à fome, ela não pode ser tratada como mera mercadoria. A produção de alimentos tem de ser dirigida, prioritariamente, à subsistência e não ao mercado. Para tanto, é necessário maiores investimentos na agricultura familiar.

A insegurança alimentar e nutricional manifesta-se de diferentes formas. Além de fome/desnutrição, obesidade e outras doenças associadas à má alimentação são faces do mesmo problema. De acordo com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), insegurança alimentar e nutricional consiste na preocupação de que o alimento venha a acabar antes que haja dinheiro para comprar mais, passando, em seguida, pela insegurança relativa ao comprometimento da qualidade da dieta, porém ainda sem restrição quantitativa, até chegar ao ponto mais grave, que é a insegurança quantitativa, situação em que a família passa por períodos concretos de restrição na disponibilidade de alimentos.

Em Goiás, mais de 30% das famílias encontram-se em situação de insegurança alimentar e nutricional. Tal fato não pode ser ignorado pelas autoridades e órgãos competentes. Fazem-se urgentes a formulação e a implementação de uma política de segurança alimentar e nutricional que mude este quadro e faça Goiás ser reconhecido como um grande produtor de alimentos, com sustentabilidade e valorização da sua biodiversidade.

*Professora aposentada da Faculdade de Nutrição e presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

CÂMPUS EM FOCO

Mais vegetação para a margem do Córrego Samambaia

Carlos Siqueira

Na manhã de 22 de março, Dia Mundial da Água, a área da UFG por onde passa o Córrego Samambaia ganhou reforço na cobertura vegetal. À margem do córrego, nas imediações da Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos (EA), foram plantadas mais de 350 mudas nativas do Cerrado. Ipê, sangra-d'água, pororoca, jequitibá, baba-de-boi, nó-de-porco, guapeva e aroeira fizeram parte do pacote. A doação das mudas foi da Agência Municipal de Meio Ambiente (Amma). O evento teve a participação do reitor Edward Madureira Brasil, de trabalhadores da Amma, representantes da administração do município, alunos e professores do curso de Engenharia Florestal da UFG e de uma animada turma de estudantes da rede municipal de ensino. Aproximadamente 40 crianças do quarto e quinto ano do ensino fundamental acompanharam atentamente os técnicos da Amma no plantio das mudas. Delma Maria de Souza (foto), dez anos, aproveitou a experiência e o contato com a natureza.

Prefeito visita obras do Parque Científico e Tecnológico

Carlos Siqueira

No dia 18 de março o reitor Edward Madureira Brasil, assessores e pró-reitores acompanharam o prefeito de Goiânia, Paulo Garcia, e representantes de empresas goianienses de tecnologia e de informação em uma visita as obras do Parque Cientifico e Tecnológico da UFG. Durante a visita foram também discutidas algumas orientações sobre a criação do órgão. No Parque Cientifico e Tecnológico, construído no Câmpus Samambaia, serão instaladas diversas empresas comprometidas com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. As empresas deverão ser selecionadas por meio de editais, com o requisito de desenvolverem projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Na ocasião, foi também proposta a formação de um conselho para implantar a futura gestão.

W. J. T. Mitchell ministra aula inaugural de doutorado

Jaqueline Telis

Um auditório lotado acompanhou, no dia 14 de março, a aula inaugural do programa de doutorado em Artes e Cultura Visual da Faculdade de Artes Visuais (FAV/UFG), proferida pelo professor da Universidade de Chicago, Willian J. Thomas Mitchell. Como parte das atividades que marcaram o início do programa de doutorado, na sequência de três dias, o teórico de Estudos da Imagem ministrou, para estudantes e professores, as palestras "Vida das imagens", "A imagem na guerra contra o terror" e "Imagem e loucura". O programa ofereceu dez vagas, que foram disputadas por candidatos de todo o país.

Jornal UFG

Publicação da Assessoria de Comunicação
Universidade Federal de Goiás
ANO VI – Nº 44 – ABRIL 2011

ASCOM – Reitoria da UFG – Câmpus Samambaia
C.P.: 131 – CEP 74001-970 – Goiânia – GO
Tel.: (62) 3521-1310 /3521-1311 – Fax: (62) 3521-1169
www.ufg.br – imprensa@reitoria.ufg.br – www.ascom.ufg.br

Universidade – Reitor: Edward Madureira Brasil; **Vice-reitor:** Eriberto Francisco Bevilaqua Marin; **Pró-reitora de Graduação:** Sandramara Matias Chaves; **Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação:** Divina das Dores de Paula Cardoso; **Pró-reitor de Extensão e Cultura:** Anselmo Pessoa Neto; **Pró-reitor de Administração e Finanças:** Orlando Afonso Valle do Amaral; **Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos:** Jeblin Antônio Abraão; **Pró-reitor de Assuntos da Comunidade Universitária:** Ernando Melo Filizzola.

Jornal UFG – Coordenadora de imprensa e editora-geral: Silvana Coleta Santos Pereira; **Editora:** Michele Ferreira Martins; **Editora-assistente:** Kharen Stecca; **Conselho editorial:** Angelita Pereira, Goiamérico Felício Santos, Ivan Torres Nicolau de Campos, Maria das Graças Monteiro Castro, Silvana Coleta, Venerando Ribeiro de Campos, Célia Sebastiana Silva; **Suplentes:** Valéria Maria Soledade de Almeida, Suely Henrique de Aquino Gomes; **Revisão:** Maria José Soares e Ana Paulo Ribeiro Lopes; **Projeto gráfico e editoração eletrônica:** Cleomar Gomes Nogueira e Reuben Lago; **Fotografia:** Carlos Siqueira; **Repórter:** Patrícia da Veiga Borges; **Colaboradores:** Roberto Nunes; **Estagiários:** Tiago Geblim, Gilmara Roberto, Pollyana Reis, Ranié Solarevisky, Flávia Gomes, Illa Rachel (jornalismo) e Jaqueline Telis (fotografia). **Bolsistas:** Pollyanna do Nascimento Lima e Nádilla Cardoso. **Secretario administrativo:** Leonardo Rezio.

Impressão: Centro Editorial e Gráfico (Cegraf) da UFG.

Questões para a aprendizagem em rede

Reuben Lago

Patrícia da Veiga

É preciso lançar mais questionamentos sobre os processos de aprendizagem que têm sua centralidade as tecnologias de informação e comunicação (TIC). Esse é o pressuposto das investigações da professora da Faculdade de Educação (FE) Débora Duran, especialista no tema e líder do grupo de pesquisa *Intefaces* do Centro Integrado de Aprendizagem em Rede (Ciar). Ela lançou, no fim do ano passado, o livro *Letramento digital e desenvolvimento: das afirmações às interrogações*. Na obra, resultado de sua tese de doutoramento, Débora busca compreender de que forma ocorre a apropriação do conhecimento em tempos de alto desenvolvimento tecnológico. Para a professora, as mediações entre pessoas e objetos em um mundo cada vez mais digitalizado podem ser encaradas como "configurações" históricas, levando em conta as contradições da sociedade capitalista. Nesta entrevista, ela comenta o resultado de seus estudos.

O que é "letramento digital"?

Em primeiro lugar, precisamos compreender a distinção entre alfabetização e letramento. Para diversos especialistas, o neologismo letramento pretende destacar a importância das práticas sociais de leitura e escrita e/ou a condição dos sujeitos que delas participam. As práticas de letramento são os modos pelos quais as pessoas se apropriam da leitura e da escrita e se inserem efetivamente nas ações que envolvem a ambas, para além da mera habilidade de codificação/decodificação. Nesse sentido, por letramento digital entendo o processo de configuração de indivíduos ou grupos que se apropriam da linguagem digital nas diferentes práticas sociais relacionadas direta ou indiretamente com a leitura e a escrita mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Tomando a metáfora das cores como inspiração, proponho a palavra configuração como sugestão, uma vez que, além de um dado matiz, o processo de coloração envolve também diferentes níveis de brilho e de saturação. O processo de apropriação das TIC também pode ser representado por uma estrutura tripartite, que envolve os recursos tecnológicos, a subjetividade e os contextos nos quais se dão as inúmeras práticas sociais de utilização.

Que "afirmações" e que "interrogações" permeiam sua obra?

As interrogações são dirigidas às afirmações que sustentam o pressuposto segundo o qual desenvolvimento e inclusão devem ser considerados consequências diretas e imediatas do acesso às denominadas TIC. Como afirma o escritor português José Saramago, "tudo no mundo está dando respostas, o que demora é o tempo das perguntas". Para além de uma afirmação determinista ou de uma negação equivocada, penso que as interrogações não são apenas desejáveis, mas absolutamente necessárias para evitar um posicionamento ingênuo a respeito da temática em foco. Nesse sentido, o questionamento do discurso dominante aponta para a necessidade de compreendermos as relações plurais entre tecnologia(s) e desenvolvimento(s) a partir das mediações humanas, isto é, como um processo histórico.

> "a denominada sociedade da informação não é mera consequência do avanço tecnológico, mas um projeto geopolítico de moldes planetários fundamentado na lógica neoliberal"

Como atuar em face do "determinismo tecnológico"? A tarefa seria do Estado ou de grupos de pesquisa?

O determinismo tecnológico ou discurso redentor não é, a rigor, uma novidade. A escrita, o telégrafo, o telefone, o rádio e a televisão já foram alvo do ideal prometeico segundo o qual as tecnologias podem ser consideradas a salvação para os problemas da humanidade. Atualmente, as TIC comparecem no discurso vigente como um novo "divisor de águas": a.C/d.C, ou seja, antes e depois dos computadores. A quem interessa confrontar o determinismo tecnológico? No caso especifico da universidade, trata-se de um compromisso inadiável, que diz respeito à própria educação para a cidadania. Para isso, as atividades de ensino, pesquisa e extensão devem contribuir para que a produção acadêmica possa, efetivamente, confrontar os dilemas da contemporaneidade. Nesse sentido, é fundamental destacar que a denominada sociedade da informação não é mera consequência do avanço tecnológico, mas um projeto geopolitico de moldes planetários fundamentado na lógica neoliberal. Do mesmo modo, é preciso esclarecer que não podemos inferir um único tipo de desenvolvimento, sempre com valor positivo, como consequência imediata da mediação tecnológica.

A educação a distância (EAD) pode, de fato, contribuir para uma formação humana plena?

A educação a distância está atrelada à ideia de democratização, mas não podemos nos esquecer de que também se transformou num negócio dos mais rentáveis. Diante dos projetos pedagógicos que fundamentam as iniciativas na área, temos EAD e também "distância da educação." No Centro Integrado de Aprendizagem em Rede da UFG (CIAR), temos trabalhado no sentido de compreender os problemas e apresentar possíveis soluções para o desenvolvimento de projetos comprometidos com o ideal de excelência na formação humana. Entre promessas e dividas, a EAD permanece como um desafio altamente complexo.

Confira outros trechos da entrevista em www.jornalufgonline.ufg.br

Pró-reitores discutem contenção de gastos e universidade multicâmpus

Evento tratou de problemas de gestão e levantou propostas acerca da expansão do ensino superior

Raniê Solarevisky

O Fórum dos Pró-reitores de Planejamento e Administração das Instituições Federais de Ensino Superior (Forplad), é realizado quatro vezes ao ano. No encontro, são discutidos planos técnicos de gestão das universidades, tais como alocação de recursos e desenvolvimento de projetos de tipos diversos. O foco é a troca de experiências, motivando o diálogo e a unidade entre as Instituições Federais de Ensino Supeior (Ifes). A primeira reunião deste ano ocorreu no período de 23 a 25 de março, no Papillon Hotel, em Goiânia, e teve a participação de pró-reitores de todo o país, além do reitor da UFG e presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Edward Madureira Brasil. Vários servidores do Ministério da Educação também participaram de painéis e palestras, tratando, sobretudo, do plano de contenção de gastos do governo federal e da estruturação de universidades multicâmpus.

As restrições no orçamento contrapostas à continuação do plano de Reestruturação das Universidades Brasileiras (Reuni) foram o assunto mais debatido nos três dias do evento. O coordenador da comissão regional do sul, André Ries, afirmou que "é impossível seguir com a implantação do Reuni depois do Decreto nº 7.446". O dispositivo, aprovado em 1º de março deste ano, determina que as despesas com diárias e passagens para 2011 não ultrapassem a metade do valor gasto no ano passado. O documento ainda suspendeu aluguéis e aquisições de bens imóveis, além de impedir contratações relacionadas a reformas e locação de máquinas, veículos e equipamentos.

Da esquerda para a direita o coordenador nacional do Forplad, João Carlos Cordeiro, o vice-reitor da UFG Eriberto Francisco Bevilaqua, o pró-reitor de Administração e Finanças da UFG Orlando Afonso do Amaral e o pró-reitor de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos da UFG, Jeblin Antônio Abrão

Fotos: Carlos Siqueira

No primeiro dia do evento, o coordenador nacional do Forplad João Carlos Cordeiro Barbirato, da Universidade Federal de Alagoas, lembrou que as universidades brasileiras sempre trabalharam com recursos escassos, situação que se intensificou com as últimas medidas do governo federal. Segundo ele, a adoção do plano resultaria em um corte de cerca de R$ 80 milhões para diárias e passagens e R$ 280 milhões para outras ações nas Ifes. "O corte inviabiliza o pagamento das obras, que ocorrem em grande escala em praticamente todas as universidades do país. Perante os fatos, uma reedição do Reuni é bastante possível", afirmou o coordenador.

Novos câmpus – "As medidas adotadas pelo governo nos preocupam, mas o escopo da discussão é bem maior. A interiorização e a expansão das universidades em múltiplos câmpus, por exemplo, é uma questão muito importante", destacou o pró-reitor de Administração e Finanças da UFG, Orlando Afonso Valle do Amaral.

No painel sobre a expansão e implantação de novos câmpus, Albertino de Souza Carvalho, da Universidade Federal do Amazonas, apresentou a experiência da instituição. Foram construídos cinco câmpus e 12 núcleos de pesquisa na primeira fase do Reuni. Há ainda mais quatro câmpus em processo de implantação. Segundo o pró-reitor, muitos cursos foram criados atendendo a demandas locais e com propostas inovadoras, como o curso de licenciatura dupla em Letras – Português/Espanhol, oferecido no município de Benjamim Constant, próximo da fronteira com países hispânicos, como o Peru e a Bolívia.

De acordo com Albertino Carvalho, as unidades do interior já oferecem 1.560 vagas de graduação, distribuídas em 32 cursos. Entre os problemas enfrentados pela expansão, estão a dificuldade de acesso, com transportes lentos e longas distâncias, além da falta de infraestrutura básica em alguns locais, como telefonia e internet.

Já Paulo Roberto Adriano, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), mostrou a gestão centralizada dos 12 câmpus administrados pela instituição. "O Reuni ampliou o número de 20 mil para 36 mil alunos, além de 238 novos professores que aguardam nomeação", informou o pró-reitor. O modelo adotado pela universidade centraliza decisões como alocação de recursos do Reuni e auditorias no câmpus-sede da instituição, enquanto decisões como aquisição de equipamentos, por exemplo, são de autonomia dos próprios câmpus. Há ainda deliberações de um conselho central, o Colegiado de Graduação, que são adotadas por todas as unidades da UTFPR.

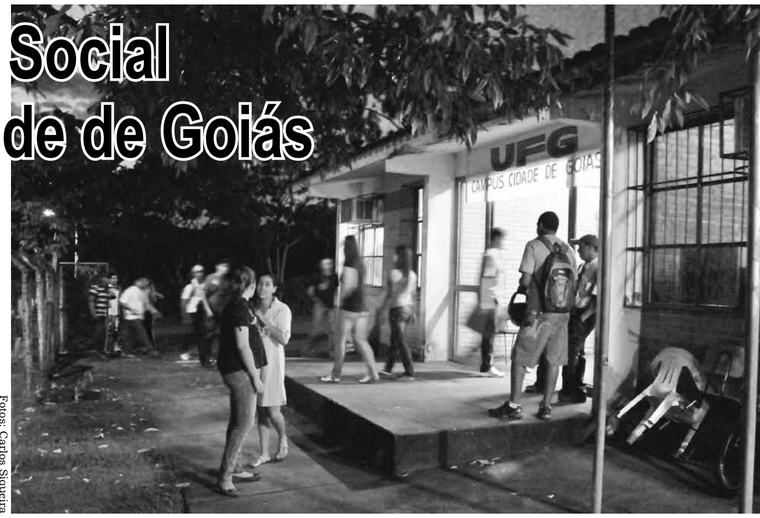
Nelson Cardoso do Amaral, assessor especial da Reitoria da UFG, detalhou alguns aspectos do projeto multicâmpus da instituição. Segundo ele, os cursos de graduação do interior – Catalão, Goiás e Jataí – já somam a 48. O assessor explicou que um dos principais obstáculos para a consolidação de uma estrutura multicâmpus na UFG é o número reduzido de servidores, em especial de técnico-administrativos. Além de preocupações com infraestrutura, "ainda não se sabe como configurar a estrutura de poder. Afinal, em pouco tempo, o número de alunos no interior pode ser igual ou talvez maior do que na capital", destacou Nelson Amaral.

O reitor da UFG, Edward Madureira Brasil, reforçou o argumento de que compartilhar problemas e experiências é para as Ifes a forma de encontrar soluções. "Acredito que a união e o nosso potencial de rede ainda não foram plenamente alcançados", ressaltou o reitor. "O sistema acadêmico deve ser pensado como multicampista a partir de agora. A mobilidade estudantil pode e deve crescer, bem como o número de projetos colaborativos. Pensando dessa forma, o modelo de consórcio das universidades mineiras nos parece interessante", exemplificou.

Quanto às medidas anunciadas pelo governo federal, Edward Madureira afirmou que as universidades devem ser tratadas de maneira diferente das demais instituições públicas, e defendeu que a política do governo passado, de expansão e reestruturação das Ifes, seja transformada em uma política de Estado. "A universidade é um agente de Estado, uma massa crítica que propõe políticas públicas. Todo governo deve aprender a valorizá-la", explicou.

Curso de Serviço Social movimenta a cidade de Goiás

Mercado de trabalho amplo e grande demanda por profissionais são os principais atrativos



Fotos: Carlos Siqueira

A carência por formação superior nos municípios vizinhos é suprida com a presença dos cursos da UFG

Tiago Gebrim

Muito da gerência, do planejamento e da elaboração das políticas públicas está a cargo dos assistentes sociais. O graduado em Serviço Social está apto a trabalhar com todos os tipos de políticas sociais, em instituições privadas ou servindo ao Estado. Com atuação estratégica também no atendimento direto aos usuários dessas políticas, esse profissional viu crescer bastante, nos últimos anos, seu horizonte de atuação. Foi nessa conjuntura de ampliação da demanda por profissionais que se iniciou, em 2009, na Universidade Federal de Goiás UFG, o curso de graduação em Serviço Social.

A graduação em Serviço Social na UFG veio atender a uma expectativa já antiga: sua criação foi proposta pela primeira vez há quase quinze anos. Na época, o contexto político nacional era hostil às universidades públicas, o que implicou o engavetamento do projeto. Em 2008, com a reestruturação permitida pelos recursos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a proposta foi revista. Como havia a necessidade de a UFG instalar um câmpus universitário na cidade de Goiás (que até então tinha apenas uma extensão do curso de Direito), o curso de Serviço Social foi destinado à cidade, juntamente com a licenciatura em Filosofia. Para a coordenadora do curso, Gláucia Alves, "era injustificável a inexistência de um curso que trata da defesa dos direitos sociais em uma instituição pública", opina a professora. O curso foi aprovado em 2008, com a primeira turma ingressando no início do ano seguinte.

O câmpus é novo e o curso também. Por esse motivo, há vários desafios a vencer. A primeira versão do projeto pedagógico, por exemplo, será concluída este ano. Para obter o reconhecimento pelo Ministério da Educação, o curso precisará formar sua primeira turma, o que ocorrerá somente em 2012. Outra preocupação é quanto à demanda de estágio, pois de, acordo com a legislação (Lei nº 11.788/2008), é preciso haver, na instituição concedente, um profissional devidamente habilitado para fazer o acompanhamento. Contudo, há poucos assistentes sociais no município de Goiás e nas proximidades que preencham esse requisito. Por esse motivo, muitos estudantes terão de estagiar em Goiânia. "O corpo docente do câmpus é bem qualificado. A batalha maior é por uma estrutura de trabalho melhor", salienta a professora Gláucia Alves. Ela explica que os professores têm buscado realizar ações articuladas, como eventos e cursos de extensão.

A estudante Adriana Mota afirma estar satisfeita com a formação humanística e interdisciplinar do curso

O professor Gonçalo Armijos Palacios, diretor do Câmpus Goiás, acredita no potencial das universidades (a cidade abriga também um câmpus da Universidade Estadual de Goiás) para alterar a realidade vilaboense, extrapolando o âmbito acadêmico. O número de universitários que frequentam diariamente a cidade, além daqueles que deixaram suas localidades de origem para residir em Goiás, já é suficiente para reconfigurar o comércio local. São pessoas que precisam se alimentar e necessitam de moradia e de serviços públicos, como saúde e segurança. "Todo esse movimento vai 'arejar' a cidade", aposta Gonçalo Armijos.

O curso de Serviço Social criou cinco grupos de estudo: estudos de democracia, controle social e participação popular; estudos de políticas de saúde; estudos de gênero e sexualidade; estudos de política de educação, trabalho e serviço social e, por último, o grupo que faz o levantamento da demanda de profissionais nas cidades próximas ao município de Goiás. Os participantes dos grupos são contemplados com bolsa permanência. Há também vários projetos de extensão e pesquisa já em execução, como o de capacitação para os conselhos gestores de políticas públicas das cidades do entorno (extensão) e a pesquisa, coordenada pela professora do curso Maria Meire Carvalho, sobre gênero e sexualidade das mulheres dos assentamentos da cidade. Gláucia Alves sublinha que os cursos do Câmpus Goiás, de uma maneira geral, são marcados pela militância e a inserção social, o que deriva do próprio contexto em que os estudantes estão inseridos – um câmpus carente de vários benefícios e uma cidade tradicional, com espaço restrito para a inovação.

Expectativas – Adriana da Silva Mota, 17, cursa o primeiro período de Serviço Social. Como a grande maioria, ela é natural da cidade de Goiás. Questionada acerca da opção por essa graduação, ela responde que tinha também outras opções, mas o fato de não precisar se deslocar para outra cidade, somado às boas referências que obteve sobre o mercado de trabalho por intermédio de amigos, foi decisivo em sua escolha pelo Serviço Social. Da mesma forma, o casal de namorados Danilo da Cunha, 19, e Simônica Lopes de Carvalho, 18, teve no mercado de trabalho o determinante para a sua escolha profissional.

"A profissão não é nova. Já existem muitos assistentes formados, mas a demanda ainda é grande, com oportunidade de emprego em órgãos estaduais e municipais." Essa foi a resposta das estudantes Laila Fernanda Soares Nunes, do terceiro período, e de Ana Angélica da Veiga Jardim Batista Sá, do quinto, ao questionamento de por que estão no curso. De acordo com a coordenadora Gláucia Alves, o amplo mercado de trabalho é o maior atrativo para os estudantes, considerando a carência de profissionais habilitados nas cidades da região. O salário depende muito do perfil econômico da empresa ou do município empregador, variando entre o piso (R$ 960, estabelecido em 2008) e cerca de R$ 4.000. A maioria dos estudantes de Serviço Social é da própria cidade (no último vestibular, 32 dos 50 aprovados eram de Goiás) e os demais vêm principalmente de Itapuranga, Itaberaí, Itauçu, Mossâmedes, entre outras cidades próximas.

Em busca de soberania alimentar

Em 2011, o preço de alimentos básicos consumidos em todo o mundo, como cereais, óleos, carne e açúcar, teve a maior alta desde 1990. O trigo, por exemplo, teve um aumento de 73% somente no segundo semestre do ano passado. Isso foi o que apontou o Índice Global da Fome 2010, publicado em janeiro como parte de um balanço realizado mensalmente pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Segurança Alimentar (FAO). Dados como esse têm gerado o alerta de que o mundo pode estar diante de uma irremediável crise alimentar. Em verdade, essa crise seria do setor primário e do mercado de *commodities*, essencialmente atrelados à divisão internacional do trabalho. No entanto, seria o suficiente para, ainda segundo a FAO, aumentar em R$ 44 milhões o contingente miserável do planeta, que em 2010 estava estimado em um bilhão de reais. No mês de março, uma sucessão de comunicados da FAO pediu cuidado por parte das nações e sugeriu que o modelo agrícola fosse repensado. Em vista desse cenário, o **Jornal UFG**, em parceria com a **Rádio Universitária**, discute nesta edição as possibilidades de se produzir alimentos sem, necessariamente, estar submetido a esse mercado global. Como repensar os modelos produtivos? Como a agricultura brasileira, ainda que tenha vocação para o agronegócio, pode ser, também, garantia de segurança e soberania alimentar? É possível ter autonomia no campo? Para debater o assunto foram convidados os professores da Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos (EA), Sônia Milagres e Gabriel Medina; o engenheiro agrônomo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Rodrigo Gonçalves; e um dos coordenadores nacionais da Comissão Pastoral da Terra, Dirceu Fumagalli.

Patrícia da Veiga e Roberto Nunes

Qual a diferença entre segurança alimentar e soberania alimentar?

Dirceu Fumagalli – A segurança alimentar preocupa-se em assegurar que todos tenham a ração diária, não passem fome, independentemente de onde vem e de como é produzida a comida. Já a soberania alimentar tem outra compreensão do que é alimentação. Vê quem produz, de que forma, para quem produz e como produz. Hoje temos um custo dos alimentos cada vez maior. Isso sem contar a divisão da produção dentro do país. O frango consumido no Rio Grande do Norte é de Santa Catarina. Que autonomia tem Alagoas para produzir? Por que esses estados têm de comprar de Santa Catarina ou do Paraná? A soberania alimentar coloca esse debate. Não basta apenas fazer a conta matemática das calorias.

Carlos Siqueira

Gabriel Medina

Divulgação

Dirceu Fumagalli

Rodrigo Gonçalves – O suficiente para saciar uma pessoa são 2,1 mil calorias ou 90 gramas de carne. De acordo com a FAO, já é produzido o equivalente a 2,7 mil calorias por habitante do planeta. Aumentando a população nos próximos 60 anos, calcula-se que a demanda de alimentos também cresça 70%. Entre 1962 e 2006, a demanda aumentou 150% e foi atendida. Sabemos, então, que é preciso produzir mais alimentos, mas não é o que vai resolver a fome. As pessoas precisam ter recursos para obter alimentos e acesso à sua produção. Sem isso, podemos aumentar quatro vezes a produção que continuaremos tendo insegurança alimentar.

Como considerar a sucessão de alertas da FAO e do Banco Mundial sobre a crise alimentar?

Sônia Milagres – O índice que a FAO calcula mostra uma tendência de aumento a partir do ano 2000, persistindo 2008, quando, por causa da crise mundial, houve um declínio. Mas, a partir de 2009, esse índice subiu e, nos últimos oito meses, observou-se o aumento em praticamente em todos os preços (carnes, produtos lácteos, cereais etc.). O açúcar foi o produto que teve maior aumento nos últimos meses. É preciso observar que isso está relacionado ao mercado flutuante, uma característica do mercado agrícola, e sofre influências de fatores relacionados a clima e temperatura. Goiás, por exemplo, está vivendo uma consequência negativa do clima, que é o excesso de chuvas trazendo problemas na hora de colher a soja. No caso do açúcar, países como a Índia, que exporta o produto, sofreram problemas sérios na produção, o que diminuiu a oferta global. A diminuição da oferta de açúcar fez com que os preços refletissem isso de forma ascendente. A partir de 2008, a crise observada na comunidade europeia e nos Estados Unidos e a crença de que a economia de mercado é que deve reger as relações de compra e venda, mesmo dos alimentos, com pequena intervenção governamental, sem uma política agrícola bem clara, leva às consequências atuais. Outra questão é relativa à alta do petróleo: a baixa disponibilidade e a perspectiva sombria de suprimento do petróleo, por causa da crise no mundo árabe, provoca uma busca e uma demanda por combustíveis alternativos. Podemos avaliar que a expansão da cana-de-açúcar terá uma influência na nova geografia da agricultura em Goiás e em todo o país. Isso se reflete no preço dos alimentos. Claro que o Brasil não tem o problema de suprimento, porque tem tecnologia e capacidade produtiva, mas há um problema sério de logística e de distribuição. A consequência direta dessas crises não é fome no Brasil, mas sim a fome no mundo. Nosso problema é de distribuição e a universidade conhece essa questão.

Como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) está manifestando sua preocupação com essa à ameaça de crise alimentar?

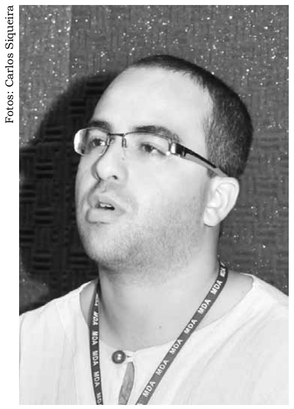
Rodrigo Gonçalves – O trabalho de segurança e soberania alimentar tem de ter um modelo de agricultura que englobe a questão agrária, as relações sociais e de trabalho, os direitos humanos e a vida digna no campo. Assim, o MDA fomenta um modelo alternativo à agricultura de grande escala e intensiva à entrada de insumos. Essa agricultura gera divisas, mas ela, não só pode conviver com o problema da fome, como o requer para manter um exército de mão-de-obra farto e barato. O MDA trabalha com uma perspectiva integral, desde a democratização do acesso à terra, por meio de políticas executadas pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), até o fomento à produção com crédito, pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Este, por sua vez, prevê investimentos na propriedade, diversificação produtiva e tecnologia de produção. O MDA também articula políticas de compra institucional, assegurando um mercado mínimo para populações tradicionais e assentamentos. Também somos parceiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar e do Programa Territórios de Cidadania, Esse último visa a dinamização econômica dos setores rurais, das cidades do interior, fazendo circular dinheiro com segurança, evitando a vulnerabilidade das populações rurais. Isso ultrapassa a questão agrícola.

Quais as preocupações em relação à produção de alimentos no estado de Goiás?

Gabriel Medina – Goiás tem uma economia voltada essencialmente para o agronegócio, mas tem uma agricultura familiar também pujante, que contribui significativamente para a segurança alimentar. Dados do censo do IBGE sobre a produção mostram que, em Goiás, vêm da agricultura familiar 66% da mandioca, 45% do arroz, 34% de suínos e 42% do leite. Temos um potencial impressionante de produção: 88 mil propriedades familiares, com mais de 3 milhões de hectares. Fizemos uma pesquisa de campo em 16 municípios do estado sobre as condições de vida dos agricultores. Verificamos que a contribuição do segmento seria ainda maior, se a produtividade fosse aumentada. Os agricultores têm pouco acesso às tecnologias, pois faltam propostas adequadas e assistência técnica pública de qualidade. Esses agricultores, com média de 20 hectares, conseguem uma lotação de vacas leiteiras de 1,2 cabeça por hectare. Essa densidade é baixa, já que sistemas simples de rotação de pastos permitem lotação de cinco vacas por hectare. Outro indicador: 86% dos pequenos agricultores não usam irrigação sequer para horta e frutas. Um terceiro indicador mostrou quem realiza adubação e correção do solo de forma correta: 62% não o fazem, 22% fazem por intuição e apenas 16% usam análises de solos e recomendações técnicas. Principalmente os agricultores organizados têm conseguido acessar as políticas de apoio (reforma agrária, crédito, assistência técnica e apoio à comercialização). No entanto, dos agricultores entrevistados, apenas 16% fazem parte de associações, 13% participam de cooperativas e 25% do sindicato. Mais de 50% não se declaram participante de nenhuma organização formal.

Sônia Milagres – No início dos anos 1990, presenciamos a extinção do serviço de extensão e uma tentativa de, primeiro, reunir pesquisa e extensão em uma única instituição. Observamos que a consequência para a extensão rural e a transferência de tecnologia, principalmente para a agricultura familiar, ficou comprometida. Nós acreditamos que transferência de tecnologia é uma condição para que a ciência seja disponibilizada. No entanto, se os agricultores não são informados, não conhecem e não veem o potencial que têm, fica complicado esperar que adotem tecnologias. Com relação à densidade de cabeças de gado por hectare, existe uma agricultura extensiva que tem papel importante nas grandes propriedades. O boi verde interessa a alguns consumidores de países lá fora, nossos compradores potenciais, no entanto, acredito na possibilidade de desenvolver a agricultura orgânica, ecológica, que vai trazer alternativas interessantes em termos de qualidade de produto para nichos de mercado. Devemos tentar induzir os agricultores familiares a terem produtos para mercados específicos, agregando mais valor a esses produtos, melhorando a capacidade de investimento deles. A agricultura irrigada exige investimentos e nem sempre os recursos estão disponíveis. É preciso diversificar a atividade produtiva, para diversificar também a renda.

Fotos: Carlos Siqueira



Rodrigo Gonçalves

Sônia Milagres

Então a crise alimentar envolve também aspectos políticos?

Dirceu Fumagalli – Não é só uma questão econômica ou política, mas também cultural. Para o pequeno agricultor, o campo não é só espaço produtivo, mas sim de convivência e de vida. O problema que temos é que o Brasil optou pela lógica do mercado, por produzir *commodities* e não alimentos. Isso vai impactar milhares de agricultores que são expulsos da terra, pois ou eles se apropriam de uma tecnologia determinada ou não têm condições de continuar vivendo nesse campo com seu saber acumulado historicamente. O pequeno agricultor é atropelado pela monocultura, por transgênicos e agrotóxicos. As terras que deveriam ter prioridade na produção de alimentos estão produzindo *commodities*, como grãos ou cana-de-açúcar para o etanol. A concentração da propriedade da terra continua grande e o destino da produção é o mercado. Então, não é que o agricultor não tenha tecnologia acumulada, é que o saber histórico acumulado por ele não é respeitado.

Rodrigo Gonçalves – No Brasil, a evolução da política agrícola se deu sobre o paradigma da modernização conservadora, aproveitando-se de sobras de materiais de guerra que, por sua natureza, não são apropriados democraticamente. O sistema gerou grande dependência dos agricultores por insumos, acirrou desigualdades e conflitos, provocou danos ambientais. Ocorreu também a exclusão cívica e histórica da agricultura familiar, que não teve como se projetar para a discussão pública. Ao longo da história, foi muito fácil para vários governos excluírem programas e políticas como a assistência técnica. Com o governo Collor, por exemplo, foi extinta a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) e as pessoas ficaram sem acesso ao instrumento de produção. Por outro lado, há esse paradigma de cultivar diversos centros de produção do saber no Brasil: a academia gerou profissionais para "adestrar" a população do campo para se apropriar da tecnologia. O MDA pensou em reconstruir esse sistema nacional de assistência técnica pública, desde de 2003, com a parceria da sociedade civil organizada. Em Goiás, a previsão é atender quase 2,5 mil agricultores.

A dificuldade de se assegurar a soberania alimentar do país está, então, na elaboração e na execução de políticas públicas?

Dirceu Fumagalli – No momento em que as políticas públicas para o setor são elaboradas, há dificuldade, por parte do poder pùblico, de dialogar com a sociedade. Esta, por sua vez, tem a compreensão geral de que quem abastece e resolve o problema da alimentação são as grandes empresas que produzem grãos. Ainda se pensa que a agricultura familiar é ultrapassada e não atende às demandas. Ao elaborar a política pública, é preciso mais que financiamento para a produção, é preciso prever como promover o debate e o diálogo com a sociedade, para que esta tenha mecanismos de contrapor-se à ideia, propalada pela grande mídia, de que a solução do campo é o agronegócio. Portanto, a política não pode planejar simplesmente como produzir mais, mas deve fazer com que a sociedade também reconheça o valor desse modelo de agricultura camponesa. É preciso criar mecanismos para dialogar com a sociedade que não sabe o que come, de onde vem e nem quem produz seu alimento.

Gabriel Medina – Há dois aspectos relacionados às políticas públicas que podemos discutir: um é o acesso, o outro é o enfoque. O acesso dos agricultores familiares às políticas públicas é baixo. Dá para explicar de onde vem isso: é histórico, como afirmou Rodrigo. A assistência técnica está sendo retomada apenas recentemente. Dos agricultores que entrevistamos, apenas 29% têm algum acesso à assitência técnica pública. A maior parte desses não recebe acompanhamento regular na propriedade. Quanto à política de apoio à comercialização, essa ainda é recente e, portanto, o acesso pelos agricultores ainda é pequeno. Mas, além de garantir acesso, é preciso garantir o enfoque adequado e a eficiência. O Pronaf, acessado por 45% dos agricultores para investimento e por 39% dos agricultores para custeio, em Goiás, financia mais gado de leite. Mas, quando se pensa que, do ponto de vista da soberania alimentar, não é só de leite que precisamos, que há outros alimentos importantes, ficamos preocupados. Menos de 5% dos agricultores pesquisados têm horta e 1% tem plantio de frutas. O crédito não está apoiando a diversificação desse sistema produtivo e, pelo contrário, está enfatizando a atuação do agricultor em uma única atividade. Isso é ruim para a população, que tem baixa oferta de alimentos, e para o agricultor, que fica dependente de uma única atividade econômica.

Veja outros trechos do debate em www.jornalufgonline.ufg.br

Pesquisa realizada em Goiânia aponta novos caminhos para o controle do câncer de mama

Amplo monitoramento e análise de dados indicam a redução da incidência de câncer de mama entre mulheres de 40 a 59 anos pode estar diretamente relacionada à diminuição da prescrição de terapia hormonal

Flávia Gomes

Pesquisa desenvolvida por um grupo coordenado pelo professor Ruffo Freitas Júnior, chefe do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina da UFG, revela que entre 2005 e 2008 houve queda da incidência de câncer de mama entre mulheres de 40 a 59 anos de idade residentes em Goiânia. As informações são do banco de dados do Registro de Câncer de Base Populacional de Goiânia (RCBPGo), que reúne todos os casos de câncer de mama diagnosticados em todos os laboratórios de anatomia patológica do município de Goiânia desde o ano de 1988.

Mulheres diagnosticadas na capital, mas residentes em outros municípios não foram incluídas na pesquisa. Dessa forma, afirma o professor, os resultados obtidos são o retrato fiel da incidência de câncer de mama na capital goiana. O cálculo da incidência é dado pela divisão do número de casos novos pelo número de mulheres habitantes de Goiânia naquele mesmo período.

O câncer de mama é o segundo tipo de câncer mais frequente no mundo e o mais comum entre as mulheres. Estudos mostram que o crescimento abrange todas as faixas etárias em proporções semelhantes, apesar das variações regionais, e a alta incidência é mundial. Segundo dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca), aproximadamente 22% dos novos casos de câncer em mulheres são de mama. Nos últimos anos, esta tem sido a neoplasia maligna de maior mortalidade entre as brasileiras, sendo considerada um problema de saúde pública. Por essa razão, o acompanhamento epidemiológico é fundamental no monitoramento e na análise de possíveis mudanças no perfil dessa enfermidade, contribuindo também para a educação da sociedade e o planejamento de ações na área da saúde.

A pesquisa

Iniciada em 1988, a pesquisa epidemiológica da incidência de câncer de mama em Goiânia trabalha com os dados do RCBPGo, que é hoje o único registro de câncer no Brasil a coletar dados de câncer por mais de 20 anos de modo ininterrupto. Segundo o coordenador da pesquisa, os dados são os mais fiéis e completos do país em termos de informação epidemiológica da incidência de câncer de mama.

Entre 1988 e 2003, período abrangido pela primeira fase da pesquisa, houve um aumento de 277% na incidência de câncer de mama em mulheres de 50 a 59 anos. Essa constatação, feita pelo mesmo grupo de pesquisa, foi a base de um artigo publicado, em 2008, na revista científica *São Paulo Medical Journal*, editada pela Associação Paulista de Medicina (APM).

Na segunda fase da análise de dados, abrangendo até 2008, a pesquisa, que vinha registrando um aumento na média percentual da incidência do câncer de mama de 4% ao ano para as mulheres de 40 a 59 anos residentes em Goiânia, em todo o período, trouxe a surpresa de uma queda anual de 11% entre 2005 e 2008. As informações posteriores a esse período ainda não foram submetidas à análise.

De acordo com Ruffo Freitas Júnior, os dados levam a concluir que a diminuição na incidência está diretamente relacionada com a redução da prescrição de terapia hormonal, decorrente da divulgação mundial, em 2002 e 2003, de dois relevantes trabalhos, *Womens's Health Initiative* (WHI) e *Um milhão de mulheres*. Com a repercussão desses estudos, que indicaram excesso de risco para o câncer de mama em usuárias de terapia hormonal, relatórios científicos mostraram um decréscimo imediato de 28% a 46% na prescrição médica de terapia hormonal, o que possivelmente gerou o impacto na incidência de câncer de mama nos anos subsequentes em todo o mundo. Pesquisas realizadas em São Paulo verificaram que mais de 20% dos ginecologistas brasileiros passaram a reduzir consideravelmente a prescrição de hormônios combinados, tendo como principais motivos o risco de desenvolvimento de câncer de mama e a falta de proteção que a terapia hormonal confere a doenças cardiovasculares.

Mas não foi somente a comunidade médica que ficou receosa em razão desses estudos. O temor das pacientes de prosseguir com o tratamento foi responsável por até 80% da descontinuidade da terapia hormonal. A partir disso, a recomendação para reposição hormonal é feita apenas em casos em que os sintomas da menopausa possam reduzir efetivamente a qualidade de vida das mulheres. Isso significa, segundo Freitas Júnior, que a terapia hormonal será prescrita somente em casos em que a mulher sofre de irritabilidade, insônia, fraqueza e outros sintomas decorrentes da menopausa.

Suspresas da pesquisa

Conforme os dados obtidos no RCBPGo, desde o ano de 1988, quando iniciou o registro de câncer de mama em Goiânia, até 2008, último ano analisado, houve 5.452 novos casos da neoplasia em mulheres residentes em Goiânia. De acordo com uma das autoras da pesquisa, a radioterapeuta Nilceana Freitas, as informações catalogadas permitem afirmar que, embora em número absoluto os casos de câncer de mama aumentem a cada ano, não há motivo para alarme, uma vez que os resultados acompanham o restante do Brasil e do mundo. As justificativas para a elevação seriam, além do crescimento populacional, o aumento do rastreamento mamográfico e a maior facilidade de acesso a terapias de reposição hormonal. Considerando esse cenário, não é estranho,portanto, que haja surpreendido os pesquisadores o declínio na média percentual anual de incidência de câncer de mama na população de mulheres entre 40 e 59 anos, consecutivamente de 2005 a 2008.

A especialista esclareceu que é esperado encontrar, em populações com idade acima dos 40 anos mais casos de câncer de mama, tendo em vista que o risco da doença aumenta a partir dessa idade. Os resultados obtidos por meio do RCBPGo confirmam isso. Pelos últimos dados, em 2008, o RCBPGo informa que, para cada 100 mil mulheres na faixa etária de 20 e 39 anos, foram diagnosticados cinco casos de câncer de mama. Já para o grupo de mulheres entre 40 a 59 anos, houve 27 diagnosticadas com câncer de mama em cada grupo de 100 mil, confirmando a expectativa de um número significativamente maior de casos na faixa etária que inclui o grupo das usuárias da terapia hormonal.

Isso reforça as conclusões dos pesquisadores. "Os dados deixam muito claro que a redução da reposição hormonal fez diminuir consideravelmente a incidência de câncer de mama, na faixa etária daquelas que usam a terapia hormonal. Além disso, soma-se maior grau de informação e de consciência das mulheres do grupo de risco quanto à importância do exame das mamas", concluiu a pesquisadora.

Esses hormônios circulam no organismo humano e vão se concentrar nas áreas que têm mais receptores hormonais, como as glândulas mamárias, por exemplo, que são muito sensíveis à ação dos hormônios sexuais.

A chamada terapia hormonal em mulheres consiste em repor o estrogênio e a progesterona (esquerda) que os ovários deixam de fabricar com o avanço da idade através do uso de substâncias sintéticas com diferentes formas de aplicações (direita).

Fatores de risco

De acordo com diversos estudos, o aumento da incidência do câncer de mama resulta de uma série de fatores que influenciam diretamente o perfil epidemiológico de determinada região. Segundo Ruffo de Freitas Júnior, mudanças no estilo de vida, diminuição do número de gestações e do período de amamentação, gravidez após os 30 anos e uso de terapia hormonal adiando a menopausa podem explicar o crescimento do número de casos em Goiânia, assim como em todo o mundo. Somada à reposição hormonal, a ampliação do rastreamento do câncer de mama, diagnosticando mais casos, são os dois principais fatores para explicar a explosão da incidência de câncer de mama na faixa etária de 50 a 59 anos, verificada na primeira fase da pesquisa segundo o seu coordenador.

Outros fatores são também associados ao aparecimento do câncer de mama, como o alcoolismo e a obesidade. Alguns ainda não têm sua influência bem esclarecida, como o uso de contraceptivos hormonais e o estresse. Entretanto, a principal causa para a manifestação da doença em determinadas mulheres é a predisposição genética.

Mesmo com os diversos fatores que separam mulheres em grupo de risco, os médicos advertem: "Não é possível saber se uma mulher desenvolveu o câncer de mama porque ela é alcoólatra ou obesa, por exemplo". A radioterapeuta Nilceana Freitas ainda ressalta que o câncer de mama, em regra, decorre de um conjunto de fatores associados e não de uma causa isolada.

Desdobramentos da pesquisa

O aumento da cobertura mamográfica é uma necessidade para um melhor acompanhamento do perfil epidemiológico do câncer de mama em Goiânia e em todo o país. O recomendável é que a cobertura seja de, no mínimo, 70% da população feminina, mas em Goiás ainda não atinge 50% do total. A orientação preventiva é que a mamografia seja realizada regularmente pelas mulheres acima dos 40 anos, considerando que o risco aumenta progressivamente a partir dessa fase e torna-se ainda maior após os 50 anos.

Segundo Freitas Júnior, os dados permitem o planejamento mais seguro das políticas públicas de controle de câncer. Ele acrescenta que um melhor direcionamento de recursos para ações e estratégias em cada região favorece o diagnóstico e facilita o tratamento dos pacientes.

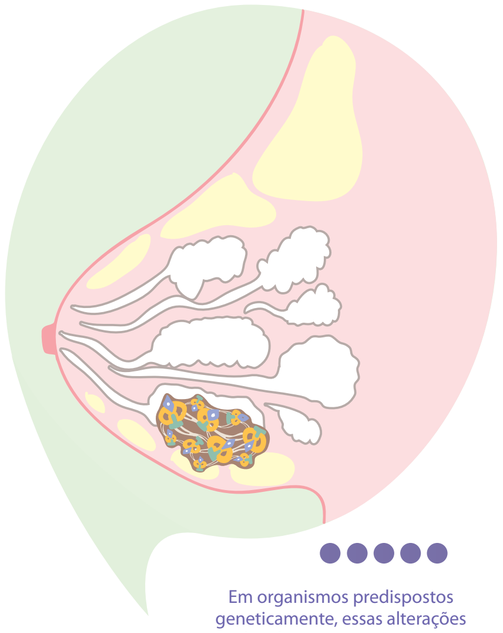
Para Nilceana Freitas, as campanhas de prevenção de câncer de mama têm se mostrado um dos principais meios de esclarecimento dos riscos e de orientação das mulheres sobre a importância da realização de exames periódicos e visitas ao ginecologista. Ela afirma que é por meio de campanhas de prevenção que os profissionais de saúde conseguem detectar mulheres que nunca fizeram uma mamografia ao longo da vida. "O mais importante é oferecer não apenas a mamografia, mas também a orientação sobre os riscos a que essas mulheres estão sujeitas", afirma a pesquisadora.

A realização de campanhas em Goiânia teve reflexos nos dados obtidos no Registro de Câncer de Base Populacional de Goiânia. Segundo Nilceana Freitas, é nítido que após 1997, ano em que se iniciaram as campanhas de prevenção de câncer de mama em Goiânia, registrou-se um aumento na incidência. As primeiras delas foram de iniciativa do Programa de Mastologia do Hospital das Clínicas (HC) da UFG, que promoveu campanhas como De Peito Aberto, Um Toque de Vida e Campanha da Mulher. A partir daí, as campanhas passaram a fazer parte da rotina do HC, sendo realizadas em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde.

Entenda como a terapia hormonal aumenta o risco do câncer de mama

Os receptores hormonais são proteínas que captam hormônios.

A ligação das moléculas dos hormônios sintéticos a esses receptores é que pode promover alterações celulares.



Em organismos predispostos geneticamente, essas alterações podem levar ao crescimento e à multiplicação celular desordenada no tecido mamário, caracterizando, assim, o câncer de mama.

Veja mais informações em www.jornalufgonline.ufg.br

Infográfico: Reuben Lago

Empreender para aprender

Movimento crescente em todo o país, as empresas juniores são uma alternativa para colocar em prática o conhecimento das salas de aula

Illa Rachel

Ocupar um cargo na direção de uma empresa antes mesmo de se formar parece uma ideia estranha, mas já é realidade em algumas universidades do país. Formada e administrada por estudantes voluntários, interessados em colocar em prática o que aprendem em sala de aula, a empresa júnior tem se tornado uma experiência muito bem sucedida nas instituições de ensino superior do Brasil. Dos cargos mais simples à alta direção, a empresa júnior é toda ocupada por graduandos, sob a orientação de professores.

O Movimento Empresa Júnior foi criado na França em 1967 por um grupo de universitários e chegou ao Brasil em 1988 por intermédio da Câmara de Comércio França-Brasil. As empresas juniores da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP), da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade Federal da Bahia foram as pioneiras no país. Hoje já são mais de mil empresas dessa natureza em todo o Brasil, com cerca de 20 mil estudantes envolvidos.

A UFG tem em funcionamento hoje sete empresas juniores, todas elas localizadas nos câmpus de Goiânia, com cerca de 35 estudantes envolvidos: Cippal, Ponto e Vírgula, MD Júnior, ELO Engenharia Junior, Íntegra, Federal Prime e Beta 2 Economia Júnior. Vinculadas a diversos cursos da universidade, como Agronomia, Engenharia de Alimentos, Publicidade e Propaganda, essas empresas foram estabelecidas com base na Resolução do Consuni nº 7, de abril de 2009. Algumas empresas, no entanto, já existem há mais tempo, como a Cippal, da Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos (EA), criada em 2002, e a Ponto e Vírgula, da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (Facomb), constituída em 2005.

Por suas características, a empresa júnior oferece serviços mais baratos que os encontrados no mercado, especialmente na área de consultoria, atendendo microempresas, entidades e pessoas físicas. Como associação civil, sem fins lucrativos e com objetivos exclusivamente educacionais, toda a renda obtida com os trabalhos são aplicados na melhoria da própria empresa, tanto na parte física como na capacitação dos seus membros, com palestras e cursos.

Para o coordenador do Programa de Empresa Júnior da UFG (UFGJúnior), João Teodoro Pádua, essa é uma oportunidade de mostrar ao mercado o conhecimento adquirido e difundido na universidade. "Estar envolvido em uma empresa júnior permite o desenvolvimento do espírito empreendedor, crítico e analítico do aluno e complementa a sua formação teórica", explica o coordenador. Kauê Borges, diretor presidente da Cippal, destacou que participar de uma empresa júnior é um diferencial para os alunos, no momento de ingressar no mercado. "Mais confiança e experiência ajudam os recém-formados a encarar o mercado de trabalho com mais segurança", conclui o estudante. Gabriel Moreira Paiva, presidente da Ponto e Vírgula, explicou que dentro da empresa júnior o estudante pode trabalhar nas áreas administrativa e financeira, tendo mais contato com essas matérias que, muitas vezes, são vistas superficialmente na graduação.

Cippal – A empresa júnior da Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos surgiu em 2000, quando um grupo de alunos decidiu criar um empreendimento na área da indústria de alimentos, oferecendo serviços de consultoria técnica a preços acessíveis. Reunindo estudantes de Engenharia de Alimentos, Agronomia e Engenharia Florestal, a Cippal é uma das empresas júniores mais consolidadas da UFG, tendo realizado diversas consultorias. Além disso, fez parte da organização do VII Encontro de Tecnologia de Alimentos do Centro-Oeste (Etalco), promovido em 2009 juntamente com o Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Engenharia de Alimentos da UFG.

A empresa já tem mais de 60 projetos concretizados, distribuídos nas três áreas que formam a Cippal: cartografia, processamento e tecnologia de alimentos de origem animal e vegetal e inventários florestais e ações de reflorestamento. De acordo com Kauê Borges, todas as tecnologias empregadas no desenvolvimento dos serviços são criadas por pesquisadores da própria universidade.

Ponto e Vírgula – Criada em 2005, a empresa júnior do curso de Publicidade e Propaganda surgiu da iniciativa de oito alunos interessados em apresentar propostas de comunicação inovadoras e conquistar experiência profissional. Os clientes da Ponto e Vírgula dispõem de serviços na área de assessoria de comunicação, publicidade propaganda e *marketing*, como criação de identidade visual, *marketing* direto e outros, realizados por meio de estudos de caso baseados nos dados do mercado. Entre os últimos trabalhos da empresa estão os *banners* e encartes da Água Doce Cachaçaria, etiqueta, cartão e *site* da Favo de Mel, *banner* da KL Massas.

Segundo Gabriel Moreira Paiva, neste semestre de 2011, a agência terá vagas para os estudantes dos cursos de Relações Públicas, Jornalismo e Design Gráfico, além de Publicidade e Propaganda, buscando o desenvolvimento de uma empresa júnior de comunicação mais completa.

Divulgação

Uma das empresas juniores da UFG, a Ponto e Vírgula tem como missão valorizar a atividade publicitária em Goiânia

Você sabe a diferença entre empresa júnior e incubadora de empresa?

A empresa júnior é, muitas vezes, confundida com incubadora de empresa, mas há algumas diferenças fundamentais entre as duas. A empresa júnior é uma associação civil sem fins lucrativos, constituída e gerida por estudantes universitários do curso a que a empresa está vinculada. O objetivo da empresa júnior não é o lucro, mas permitir ao estudante o contato com a prática da profissão, realizando trabalhos para empresas, entidades e pessoas físicas, com a orientação de algum professor. Por sua vez, as incubadoras são organizações que cedem, mediante um contrato, por tempo determinado, espaço físico, infraestrutura e assistência para a empresas iniciantes. O objetivo das incubadoras é fortalecer e preparar as novas empresas para que sobrevivam no mercado. A UFG tem o Programa de Incubação de Empresas (Proine), vinculado à PRPPG, com duas incubadoras, a Tecnológica e a de Design, abrigando todas as áreas de competência da UFG.

Novos instrumentos fazem da avaliação mais do que uma verificação de aprendizagem

Docente da UFG coloca em prática método alternativo que foge da tradicional prova

Illa Rachel

Desde os primeiros contatos com a escola, as pessoas são submetidas a testes que procuram fazer um balanço da matéria ensinada. Apesar das mudanças que a educação vem sofrendo ao longo dos anos, os instrumentos de avaliação têm se mantido praticamente os mesmos. Mesmo na universidade, a forma mais frequente de avaliação é a prova escrita, embora, muitas vezes seja exigido dos estudantes a apresentação de seminários para obtenção da nota.

Estudos na área sugerem que, nas avaliações, se procure dar mais ênfase ao aspecto qualitativo, buscando torná-las um processo gradativo e não apenas uma pausa no conteúdo administrado, para verificar a relação ensino-aprendizagem. O problema, de acordo com a pró-reitora de Graduação da UFG, Sandramara Matias Chaves, é que essa preocupação não se transformou em prática. "Historicamente, o aluno é acostumado a estudar para uma prova e não se preocupa em saber o que aquela nota representa, quer saber apenas se foi suficiente para a aprovação", explica a pró-reitora.

A avaliação não serve somente para averiguar o conhecimento dos alunos, mas também é uma forma de a instituição e os professores obterem um retorno dos métodos de ensino. Apesar de a grande maioria dos docentes ainda aplicar a forma mais tradicional de avaliação, alguns têm tentado fazer uso de outros instrumentos, como atividades culturais, projetos na área, seminários diversificados, entre outras.

Superando as diferenças – Incomodada com a forma tradicional de avaliação feita por meio de provas e seminários, a coordenadora do curso de Engenharia Florestal da UFG, Sybelle Barreira, fez uma experiência no segundo semestre de 2010 e aplicou, como forma de avaliação da disciplina Silvicultura do curso de Agronomia, um conjunto de atividades que comporia a nota final do aluno.

O plano de avaliação continha a apresentação de uma coleção de sementes, de um portfólio com projetos de licenciamento ambiental, leituras semanais, provas e revisão de literatura, apresentada de uma maneira diferente. Cada atividade correspondia a uma porcentagem da nota, de maneira que o estudante deveria tirar a nota mínima em todas elas para que fosse aprovado. "Não adianta o estudante tirar a nota máxima em um dos pontos e não se esforçar nos outros, porque isso não irá aprová-lo", explica a professora.

Carlos Siqueira

Para a professora Sybelle Barreira cada atividade pedagógica correspondia a uma porcentagem da nota do estudante

O ponto destacadamente diferente dessa forma de avaliação foi a apresentação da revisão de literatura. Sybelle Barreira explicou que os estudantes deveriam apresentar o material da forma que desejassem, fugindo do tradicional seminário. Dessa maneira, surgiram apresentações de peças teatrais, músicas e material publicitário. Para a professora, dar aos estudantes a liberdade de escolher como apresentar o trabalho é uma forma de estimular a imaginação e permitir que aqueles mais criativos possam ser beneficiados. "Uma turma é composta de pessoas muito diferentes. Quando se aplica apenas a prova ou o seminário tradicional, alguns grupos ficam desfavorecidos, por se adaptarem melhor a outros tipos de avaliação", explica a professora.

Sybelle Barreira acredita que a tentativa tenha sido válida. Na opinião da docente, o rendimento dos alunos e o interesse pela disciplina aumentaram, uma vez que foi possível conectar diversas informações aprendidas ao longo do curso de maneira simples e prazerosa. O mesmo método está sendo empregado no primeiro semestre de 2011, procurando corrigir os erros do ano passado e melhorando os pontos positivos.

A estudante do 9º período de Agronomia Isabela Tavares aprovou o modelo de avaliação adotado por Sybelle Barreira. "Muitas vezes o conteúdo da disciplina é extenso e, sendo abordado apenas por provas ou seminários, não temos a oportunidade de ver muitas coisas. Com essas atividades diferentes, podemos relacionar diversos conteúdos", explica a discente. Fernando Bretner Dias de Lima, também estudante de Agronomia e ex-aluno de Sybelle Barreira, compartilha da mesma opinião que a colega, ressaltando que, como o método contém mais atividades práticas, o aluno acaba tendo mais contato com a rotina da profissão.

Apesar de a ideia mostrar-se boa, ainda há certa resistência à sua aplicação, tanto por uma parcela dos estudantes, que muitas vezes preferem o estilo tradicional, mais familiar, como dos docentes que, ou não têm o conhecimento sobre o assunto, ou não têm tempo para aplicar os instrumentos de avaliação. Sybelle Barreira e Sandramara Matias Chaves concordam que esse tipo de avaliação demanda mais do professor e por isso nem sempre é viável, mas que deve ser considerado mais atentamente. Ao contrário do que muitos acreditam, instrumentos de avaliação diferentes não facilitam a obtenção de nota. "Quanto mais instrumentos forem utilizados, maior é o envolvimento exigido do aluno. Com isso, ele acaba se dedicando mais e aprendendo mais", explica Sandramara Chaves.

ARTIGO

Basilio Baseia
(Professor do Instituto de Física/UFG)
Jesiel F. Carvalho
(Professor do Instituto de Física/UFG)

Laser: que luz é essa?

Em 1917, Albert Einstein demonstrou, teoricamente, que níveis eletrônicos excitados em átomos de sólidos, líquidos ou gases, sob condições específicas, podem emitir luz numa condição especial, chamada emissão estimulada. Diferente da emissão espontânea, característica das fontes comuns de luz, em que a transição de um elétron de um nível atômico mais energético para outro de menor energia, emitindo luz, ocorre ao acaso, a emissão estimulada realiza um tipo de luz tendo propriedades muito especiais.

Nos anos seguintes, muita investigação teórica e experimental foi realizada, visando criar a condição de inversão de população entre níveis energéticos do átomo, necessária para ocorrer a emissão estimulada. Em que tipo de fonte poderia haver tal emissão? Que características teria a luz assim produzida? Esse período foi marcado por controvérsias quanto à possibilidade física de tal fonte e por muitos insucessos ou sucessos experimentais parciais.

Em 1960, essa proposta foi realizada experimentalmente de forma efetiva por T. H. Maiman, em um laboratório norte-americano no estado da Califórnia. Estava efetivamente inventada a primeira fonte de luz laser, um acrônimo para "*light amplification by stimulated emission of radiation*" (amplificação de luz por emissão estimulada de radiação). Tratava-se de um laser usando um cristal de rubi, óxido de alumínio monocristalino contendo pequeno teor de cromo, que emitia intensa luz vermelha. Uma luz com propriedades características de grande interesse: monocromática, apresenta uma frequência (cor) muito bem definida; colimada, permite feixes com grande direcionalidade, pouca divergência espacial, permitindo altas densidades de energia; coerente na fase, essencial em fenômenos ópticos envolvendo interferência e difração (holografia, espectroscopia, leitores ópticos etc.).

A realização de 1960 inaugurou uma corrida por novos tipos de lasers, que se estende até hoje e cujo êxito pode ser medido pela existência de uma enorme variedade deles. Inaugurou também uma nova era para muitas áreas da ciência e da técnica, que obtiveram extraordinários avanços pela possibilidade de uso de luz produzida por lasers.

Em ciência básica o uso do laser possibilitou enorme avanço em áreas tradicionais, com a óptica, a física do estado sólido e a espectroscopia atômica e molecular, levando ao desenvolvimento de novas áreas de conhecimento, como a óptica não linear, a óptica quântica e o estudo das propriedades da matéria em temperaturas ultrabaixas por meio do aprisionamento de átomos em armadilhas magneto-ópticas. Na técnica, o avanço é extraordinário, difícil de enumerar, indo das aplicações triviais àquelas altamente sofisticadas. O laser está nos brinquedos, na gravação e leitura de discos ópticos, nos leitores de códigos, em procedimentos cirúrgicos variados, em inúmeros instrumentos de diagnóstico e tratamento de doenças, na odontologia, na estética, sendo também ferramentachave nos sistemas atuais de comunicação, viabilizando elevadas taxas de transmissão de dados. Está presente na separação de isótopos radioativos, na fusão nuclear controlada, na holografia, na microscopia de alta resolução etc. (Neste espaço não seria possível mencionar todas as suas aplicações e, entre aquelas que deixamos de fora, incluem-se muitas voltadas aos armamentos.)

Esse invento cinquentenário, que continua a surpreender em suas aplicações a novas técnicas e dispositivos, corresponde a mais um, entre os tantos avanços tecnológicos que marcaram o século XX e o início deste século, e que são herdeiros diretos das grandes transformações ocorridas na Física entre a segunda metade do século XIX e o primeiro quarto do século XX. As descobertas da Física desse período mudaram radicalmente nossa compreensão da natureza e abriram as portas para avanços tecnológicos extraordinários. A invenção do laser é apenas um formidável exemplo.

CAI
Coordenadoria de Assuntos Internacionais

Mestrado em Matemática recebe estudantes colombianos

A Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAI/UFG) recepcionou, no dia 11 de março, estudantes da Colômbia, que estão no país para fazer mestrado em Matemática na UFG. Os alunos, Martín Barajas, Yerko Rojas, Oscar Ramírez e Aydee Santana, estão morando temporariamente na Casa do Estudante, no Câmpus Samambaia e ficarão por dois anos até a conclusão da pós-graduação. O professor Orizon Ferreira, responsável pelos alunos, informou que o curso recebeu também um grupo de peruanos e que outros estudantes estrangeiros devem chegar à UFG nos próximos meses.

Estadunidenses fazem intercâmbio na UFG

Estudantes do curso de Agronomia de duas universidades dos Estados Unidos – Hawkeye Community College e Kirkwood Community College – participam de uma excursão técnica a Goiás. São 16 estudantes acompanhados pelos professores Rich Crow e David Grankle. A iniciativa é parte de uma extensão do programa de intercâmbio Capes/Fipse. Durante duas semanas, eles terão a oportunidade de conhecer indústrias de agricultura e biotecnologia, usinas de álcool, de beneficiamento de sementes, além de empresas de pesquisa e agropecuária e fazendas que trabalham com o agronegócio. No roteiro, eles conhecerão as cidades de Santa Helena, Formosa, Jataí, Rio Verde e Brasília. Os estudantes terão também aulas técnicas na Escola de Agronomia da UFG. Para a aluna Erin Sears, a experiência no Brasil, mesmo que por pouco tempo, tem sido fascinante. "Estou encantada com tudo no Brasil. Aqui é muito diferente quanto aos métodos, plantio e uso de fertilizantes", declarou Sears. Uma das diferenças ressaltadas por ela diz respeito às colheitas, que nos EUA ocorrem apenas uma vez, ao contrário do Brasil, em que são feitas até mesmo três colheitas numa mesma área plantada no período de um ano. Esta é a segunda vez que a UFG recebe alunos pelo projeto Capes/Fipse. No próximo semestre oito estudantes goianos terão a experiência do intercâmbio nos EUA.

Estágio na UFG reforça o componente pedagógico

Gilmara Roberto

A coordenadora de estágios da UFG, Marilda Shuvartz, participou do Fórum de Pró-reitores de Graduação das Universidades Brasileiras Regional Nordeste (Forgrad Nordeste) em fevereiro deste ano e observou que, na UFG, a organização de políticas de estágio está à frente de muitas universidades do país. "O que a nova lei de estágio veio promulgar em 2008, nós já estávamos providenciando desde 2006", informou a coordenadora.

Marilda Shuvartz afirmou que as políticas de estágio na UFG têm como diferencial o fato de considerar o estágio um componente pedagógico (e não um emprego), que deve proporcionar ao estudante formação cultural, técnica e científica ampliada. Além disso, a coordenadora considera que os convênios (cerca de 800) e o acompanhamento da prática pedagógica pelos coordenadores de estágio específicos de cada curso sejam ainda responsáveis pelo modo diferenciado de realização de estágio dos estudantes da UFG.

A coordenadora ressaltou a importância de o estudante interessado em fazer estágio informar-se acerca das condições a que está submetida a prática de estágio em seu curso, antes de procurar a vaga. No site da Prograd (www.prograd.ufg.br), ele encontra os cadernos de regulamento de estágio de cada curso da universidade. Àquele que já está estagiando, Marilda Shuvartz recomenda toda a atenção aos prazos de entrega, na Prograd, dos relatórios de atividades, a fim de garantir o seguro, bem como o cumprimento de um plano que seja compatível com a formação profissional que a universidade deseja oferecer.

Professores discutem conteúdos do Processo Seletivo da UFG

Kharen Stecca

O seminário para discussão dos conteúdos das provas do vestibular da UFG, realizado entre os dias 25 e 26 de março, reuniu cerca de 250 participantes entre professores da UFG e professores do ensino médio da rede pública e privada. Eles discutiram a possibilidade de incluir, retirar e mudar a forma de apresentação de diversos conteúdos solicitados nas disciplinas do processo seletivo da UFG. A pró-reitora de Graduação Sandramara Matias Chaves destacou que as propostas ajudam a tornar as provas do vestibular da UFG cada vez mais próximas da realidade do ensino médio.

"O seminário busca dar tranquilidade ao vestibulando de que a UFG não está definindo sozinha os programas do vestibular, mas ouvindo o ensino médio para decidir isso", ressalta a pró-reitora. Entre as propostas apresentadas pelos professores do ensino médio está a inclusão de mais questões interdisciplinares e a definição, já no edital, sobre o que são questões contextualizadas e interdisciplinares. Eles também optaram por aprimorar os conteúdos solicitados pela UFG, mas mantendo distinção dos conteúdos do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Por isso mesmo a pró-reitora destaca que não haverá grandes mudanças e afirma que a UFG pretende divulgar até o final de abril os conteúdos para o vestibular 2012-1. Ela explica que, após a sistematização, os conteúdos precisam ser aprovados pela Câmara de Graduação e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (Cepec) e só depois serão divulgados para a comunidade.

A pró-reitora considera que os dois grandes objetivos do evento foram alcançados: ampliar as relações com a rede de ensino médio, percebendo sua realidade, e analisando os conteúdos do vestibular, de modo a aprimorar o processo seletivo, permitindo que ele seja, mais do que uma forma de ingresso, um processo de avaliação da aprendizagem.

COMUNIDADE PERGUNTA

Como é feito o levantamento das vagas disponíveis na graduação da UFG e a distribuição de vagas no edital de preenchimento pela comunidade externa (ingresso no primeiro semestre) e pela interna (ingresso no primeiro e no segundo semestre)?

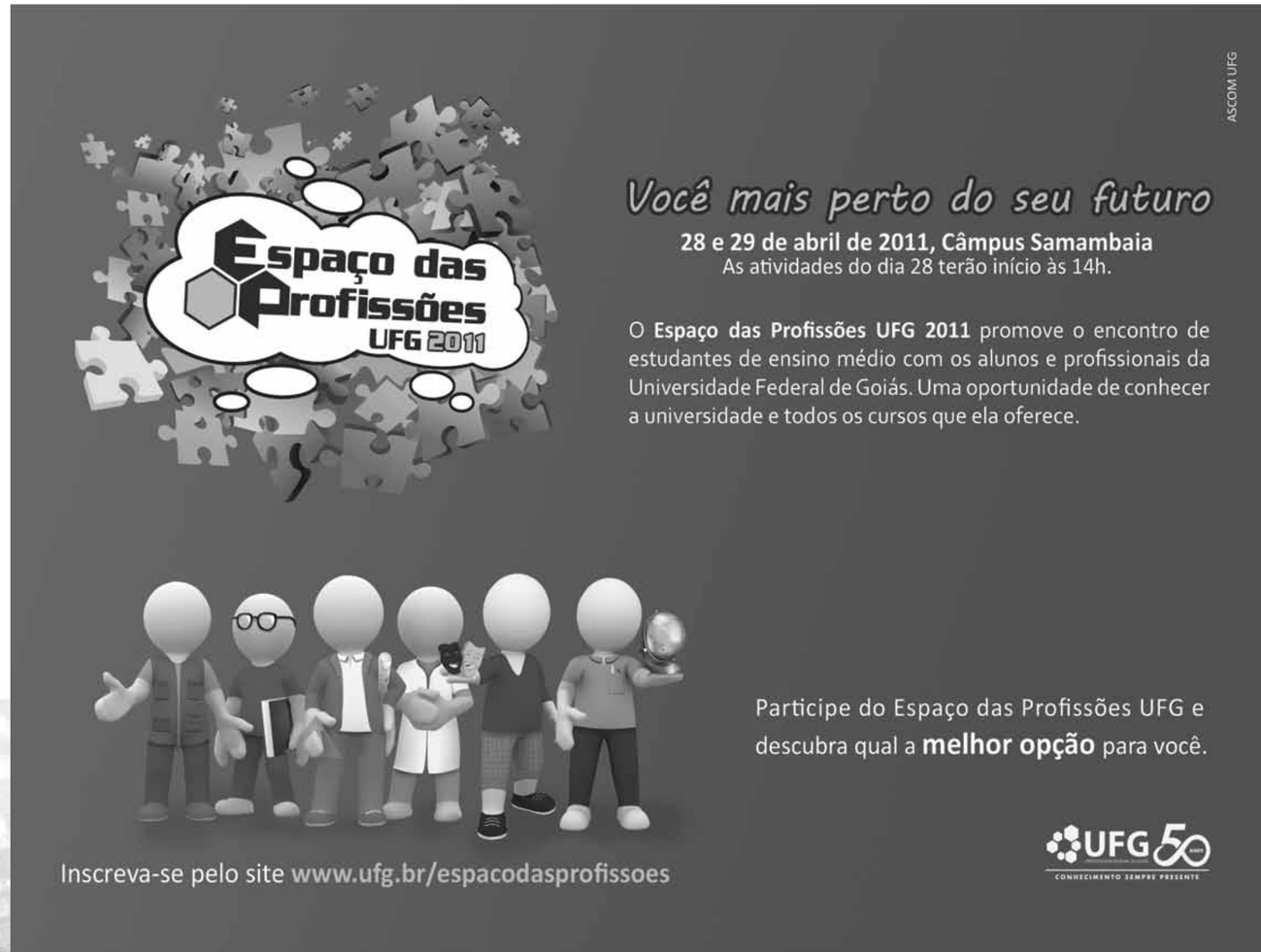
Pergunta encaminhada via Twitter

Gisele Lúcio da Costa Petrillo – Gerente da Coordenadoria de Matricula do Centro de Gestão Acadêmica (CGA)

O Centro de Gestão Acadêmica faz o levantamento das vagas que ficaram ociosas na universidade, vagas que não foram preenchidas, alunos transferidos ou jubilados entre outros. Para a comunidade interna são abertos dois editais específicos, um no início do ano e outro no meio do ano. Essas vagas são direcionadas para quem deseja transferência de curso, de turno ou de habilitação (bacharelado para licenciatura ou o contrário).

No final do ano, esse levantamento é feito novamente e outro edital é aberto. Mas este abrange tanto a comunidade interna quanto a externa para concorrer ao preenchimento dessas vagas. As vagas para a comunidade externa destinam-se a portadores de diploma ou estudantes que desejam se transferir de outra instituição de ensino superior.

As datas para a publicação dos editais são:
para comunidade interna: 14 de maio de 2011;
para comunidade interna e externa:17 de setembro de 2011;
para comunidade interna: 7 de janeiro de 2012;



Projeto busca reinserção social por meio da educação

Câmpus Jataí leva atividades de leitura e escrita para reeducandas de presídio

Kharen Stecca

A educação em presídios é um dos recursos possíveis de ressocialização e também a garantia de um direito. Com essa compreensão a professora do curso de Letras do Câmpus Jataí Eliana Melo Machado Moraes iniciou, em 2010, o projeto intitulado "Práticas de Leitura e Escrita no Centro de Inserção Social de Jataí". Por meio da leitura e escrita de diários, a professora trabalha com um grupo de 16 reeducandas do presídio atividades que auxiliam na reflexão sobre sua realidade e o resgate de sua cidadania.

"A ideia surgiu de uma visita que fiz ao presídio em 2009, a convite de uma estudante de Psicologia e de uma promotora de Justiça, para ler e para discutir o filme *Escritores da liberdade* com algumas reeducandas que vinham se mostrando revoltadas, apresentando comportamentos rebeldes e intolerantes. O filme, baseado em uma história real, mostra uma professora novata às voltas com uma turma de adolescentes resistentes ao ensino convencional, dos quais alguns cumprem pena judicial, sendo todos reféns de gangues avessas ao convívio pacífico com os diferentes", explica a professora. Após essa experiência, Eliana Moraes decidiu conhecer melhor as reeducandas e a forma que encontrou para trabalhar seus interesses e necessidades foi por meio da escrita de diários. Ela conta que, ao compartilhar com alunos e colegas sua experiência, foi conquistando voluntários, que se dispuseram a participar e a colaborar para a montagem de uma biblioteca no presídio.

As atividades foram ganhando espaço e o projeto incorporou novas ações, como: exibição de filmes, orientações básicas sobre higiene e saúde (que incluem exames preventivos de AIDS e DST) e artesanato. Todas as quintas-feiras, o grupo trabalha, em um primeiro momento, a leitura, a discussão e a interpretação do que se leu e, a seguir, a escrita, que pode ser sobre o material lido ou sobre as suas reflexões e experiências de vida. No segundo momento, as reeducandas trabalham com tapeçaria em cordão e retalhos. "Sentimos que o projeto precisava oferecer atividades que fossem, não só um ofício, mas também uma fonte de renda e uma ocupação terapêutica. Elas produzem e vendem o que aprenderam a fabricar", explica Eliana. Para este semestre estão previstas também aulas de fuxico, bordados em chinelos e a confecção de bijuterias.

Para a professora, o projeto é também uma forma de a universidade atuar na comunidade. "O seu ponto forte deveria ser o trabalho com a leitura e a escrita. No entanto, as necessidades das reeducandas são tantas que as ações estão sendo ampliadas gradativamente". Este ano, participam do projeto dois outros professores do curso de Letras, Tatiana Franca e Norival Bottos, e está em elaboração uma parceria com professores e alunos do curso de Direito, para fornecer orientação às reeducandas sobre o andamento dos seus processos. Também está sendo buscado apoio de professores e estudantes do curso de Psicologia, na expectativa de desenvolver um trabalho de terapia educacional em grupos.

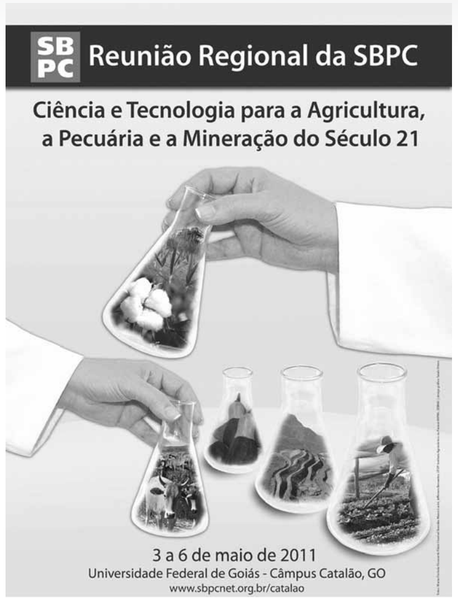
Câmpus Catalão sedia encontro científico

Michele Martins

A Reunião Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) será realizada de 3 a 6 de maio de 2011, no Câmpus Catalão (CAC). Este será o 36º evento de caráter regional que a SBPC realiza no país, com o objetivo de promover uma prévia da reunião anual programada para julho em Goiânia. O evento é aberto ao público, que pode participar, gratuitamente e sem inscrição prévia, da maioria das atividades. A inscrição é necessária apenas para aqueles que pretendem apresentar trabalhos científicos, queiram participar dos minicursos ou receber a programação impressa.

O tema central da Reunião Regional será "Ciência e Tecnologia para a Agricultura, a Pecuária e a Mineração no Século 21", abordado em vários minicursos, conferências e mesas-redondas. Paralelamente, será realizado também o Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão do Câmpus Catalão (Conpeec), no qual estudantes poderão apresentar trabalhos no formato de pôsteres.

De acordo com o diretor do CAC, Manoel Rodrigues Chaves, o evento é importante para o câmpus, pois promove discussões sobre a produção do conhecimento em âmbito regional. "Será também um momento para divulgar a nossa produção científica e estreitar as relações com outras instituições da região", declarou o diretor. Atualmente o Câmpus Catalão tem cerca de 3.100 estudantes matriculados na graduação e aproximadamente 350 na pós-graduação, distribuídos em 16 programas de especialização e no mestrado em Geografia. A expectativa dos organizadores é atingir cerca de 2.000 inscrições no evento, com pelo menos 500 inscrições de visitantes.



Inscrição de trabalhos – As inscrições poderão ser feitas pelo site www.sbpc.org.br/catalao até o dia 24 de abril ou no próprio local do evento, a partir do dia 3 de maio. A taxa de inscrição é de R$ 15,00. Cada inscrito na Reunião Regional da SBPC em Catalão tem direito de participar de até um minicurso.

Como se inscrever no CONPEEC – Poderá participar do Conpeec apenas quem se inscrever na Reunião Regional da SBPC em Catalão. O link para inscrição no Conpeec estará disponível somente após a confirmação do pagamento da inscrição no link Módulo dos Inscritos.

Câmpus Goiás realiza Colóquio sobre filosofia e ficção

O Câmpus Goiás realizará, de 25 a 28 de abril, o V Colóquio Filosofia e Ficção com o tema "Phantasia e Phantasmas". Esse tema permeia diversas fases da história da filosofia, desde Platão até Marx, remetendo tanto ao significado de aparição, como de fontes de ilusão e de coisas extraordinárias. Nesta quinta edição do colóquio, o tema, dividido em tópicos e desenvolvido em palestras, mesas-redondas e debates abrangerá vários períodos e autores. "É uma possibilidade de diálogo entre diferentes áreas de conhecimento, tendo por elemento agregador a reflexão sobre a presença da imaginação e das aparições no campo da filosofia, na ficção e nas artes", ressalta a coordenadora do evento, professora Renata Arruda.

O evento congrega profissionais de diversas áreas e diferentes instituições, já foi realizado em diversas cidades brasileiras, tendo sido o último na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 2009.

Fundação oferece aulas de ginástica laboral na Reitoria

Atividade de prevenção e relaxamento prevê participação de estagiários da Faculdade de Educação Física

Raniê Solarevisky

A Fundação de Seguridade Social (Geap) está oferecendo, em parceria com a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos (Prodirh), aulas semanais de ginástica laboral (GL) no prédio da reitoria. A iniciativa da Geap, uma das empresas de planos de saúde que atendem servidores da UFG,vem ao encontro da preocupação da Prodirh com o bem-estar dos da instituição e com a necessidade de investir na qualidade de vida no trabalho.

A ação faz parte de uma estratégia nacional proposta pela Geap chamada Movimente-se com Saúde. "Em alguns estados não se conseguiu ainda a adesão necessária. Em Goiânia nós tivemos sucesso. Começamos com uma aula por semana na UFG e agora já estamos com três", afirma Diego Campina, profissional de educação física da fundação. Segundo ele houve, contudo, muita dificuldade no início. As atividades começaram em agosto do ano passado e eram realizadas no *hall* do prédio, o que deixava as pessoas constrangidas e inibia a adesão. "Outro problema era não poder selecionar as turmas por departamento, o que já foi resolvido. Faz muita diferença chamar os servidores pessoalmente, nos seus locais de trabalho, e conhecer melhor as necessidades específicas de cada ambiente", esclarece Diego Campina.

As aulas, divididas em três partes, geralmente duram de 8 a 20 minutos, e seguem um roteiro e planejamento próprios. "Começamos com o aquecimento, com movimentos leves. Depois passamos para a parte específica de alongamento; principalmente com os grupos musculares mais exigidos no trabalho, como os relacionados à postura. No fim, fazemos um relaxamento com exercícios de respiração ou com a massagem coletiva", explica o professor.

A professora Jéssica Félix, da Faculdade de Educação Física, registra que falta ainda fundamentação teórica a esse tipo de atividade. "Há pesquisas que indicam a inexistência de estudos epidemiológicos que comprovem a eficácia da GL como método de prevenção de LER/DORT. Além disso, a maioria das referências sobre o assunto trata de experiências práticas pontuais, sem apresentação de resultados e pouco fundamentadas", afirma a professora. Ela lembra, ainda, que a introdução de programas de GL em empresas visa principalmente melhorar a produtividade, diminuir custos com doentes e, por consequência, aumentar os lucros. Apesar das ressalvas, a professora insiste em que isso não implica desprezar os possíveis ganhos na condição física dos envolvidos, "mas sim buscar fundamentar a prática educativa em bases realistas, considerando as alterações nas condições de vida e saúde dos trabalhadores".

A descontração e a interação promovidas pela atividade ajudam a cumprir o propósito da prática, que também é uma atividade lúdica. "Há melhora da convivência e da disposição e, em quase todos os casos, há um aumento na produtividade e uma redução no número de afastamentos por motivos de saúde", garante Diego. Como a atividade começou a ser oferecida há pouco tempo na universidade (o período experimental terminou em dezembro do ano passado), ainda não houve tempo para reunir dados com esse tipo de informação.

Natália Beatriz Viana Teixeira, psicóloga organizacional da Prodirh, informou que há interesse em formar um programa de estágio para que alunos do curso de Educação Física auxiliem nas aulas. "Acredito que com a divisão do atendimento por departamentos, precisaremos de mais pessoas. Acho uma ótima ideia", comenta Diego Campina.

Um projeto semelhante foi realizado em 2003 e 2004, sob a orientação do professor José Pedro de Oliveira Alvarenga, da Faculdade de Educação Física. "Ministramos aulas de GL na Associação dos Docentes da UFG (Adufg) e no Centro Editorial e Gráfico (Cegraf). Naquela época, já havia interesse em institucionalizar a prática. Também houve uma iniciativa nesse sentido no primeiro semestre de 2010, com aulas na Reitoria", comenta José Pedro Alvarenga.

Natália Teixeira também destacou a necessidade de sensibilização para atividades como essa. "Sempre que se implantam projetos como esse, é normal haver resistência. A adesão deve ser estimulada", reforça a psicóloga. "Disponibilizar espaço físico e materiais, como colchonetes e bastões, bem como ministrar palestras sobre o tema pode ajudar a incentivar a prática", comenta José Pedro Alvarenga. "Creio que há possibilidades concretas de continuar e/ou ampliar o projeto dentro da UFG", completa.

Franceles Bezerra de Oliveira, responsável por processos de registro e controle no Centro de Gestão Acadêmica (CGA), acredita que a prática é fundamental. Segundo ela, quando as aulas são ministradas pela manhã, ganha-se mais disposição para o trabalho; já quando a atividade é realizada no fim do expediente, a sensação é de relaxamento. "Principalmente aqui no CGA, onde temos serviço em excesso, o exercício é muito importante. Sempre houve aceitação, mas depois da divisão das turmas por departamento, todos participam", comenta.

Turmas formadas por servidores de um mesmo departamento facilitará a identificação das necessidades específicas de cada ambiente de trabalho

Divulgação

Universidade faz recuperação de documentos históricos

Cartas de sesmarias do Brasil colônia e registros paroquiais do século XIX estão no Cidarq para tratamento e digitalização

Tiago Gebrim

Ficará mais fácil conhecer, estudar, pesquisar ou simplesmente procurar informações acerca da formação do espaço agrário de Goiás e do Tocantins. A UFG, por meio de um convênio com a Secretaria da Fazenda (Sefaz), está realizando um trabalho de conservação e digitalização das cartas de concessão de sesmarias e dos registros paroquiais de terra do antigo território do estado de Goiás. O projeto está vinculado ao Centro de Documentação, Informação e Memória da universidade (CDIM/UFG) e é coordenado pelo diretor do CDIM, professor Fausto Miziara.

O projeto surgiu da necessidade do governo goiano de preservar esses registros, que têm valor histórico e jurídico. Nas palavras do doutorando em Ciências Ambientas, Paulo Borges Campos Júnior, que usará o conteúdo dos documentos em sua tese e tem contribuído no projeto, "esses documentos permitem fazer uma leitura de como ocorreu a ocupação do espaço agrário em Goiás, articulada com variáveis sociais diversas".

Documentos – Os documentos que vieram para a UFG são de quatro tipos: requerimentos, cartas de sesmarias, declarações e registros paroquiais. Os requerimentos e as cartas são do período do Brasil colônia, em que terras devolutas (as sesmarias) eram requeridas para serem ocupadas e trabalhadas (daí "requerimento") e sua concessão era feita por meio das cartas. Esse sistema foi extinto em 1821 e, em 1850, a Lei de Terras trouxe uma nova regulamentação agrária ao Brasil. A partir daí, os proprietários declaravam a posse da terra e, sendo comprovada, ela era documentada pelo vigário local, no chamado "registro paroquial".

Todo o acervo pertence à Procuradoria Geral do Estado. Alguns documentos estavam guardados em caixas e malotes, mas, de acordo com a estudante de biblioteconomia e bolsista do projeto, Fabiana Amélia Cruz, muitos seguem em uso até hoje, principalmente pela Procuradoria de Defesa do Patrimônio e Meio Ambiente, no tocante à agrimensura. Este é um dos motivos para a digitalização do material: disponibilizá-lo para consulta, mantendo os originais em segurança. "Os documentos foram acondicionados em caixas de papel especial e devem ficar guardados em uma sala climatizada, com o mínimo de contato possível", explica ela.

Conservação – Antes de os documentos serem trazidos à universidade, foi realizado um diagnóstico para saber qual o seu estado, os riscos que eles corriam no acondicionamento a que estavam submetidos e também as causas da deterioração. Feito isso, a documentação foi trazida para ser tratada nas dependências do Centro de Informação, Documentação e Arquivo (Cidarq) da UFG.

O processo de tratamento é constituído de três etapas. Em primeiro lugar, é preciso estancar a deterioração, estabilizando o estado do documento (veja mais no *box*). Essa é a recuperação propriamente dita, que não deve ser confundida com o processo de restauração – mais complexo e oneroso. Após esse delicado trabalho, os documentos precisam ser digitalizados, por meio de um equipamento especial, que usa uma câmera fotográfica de alta resolução, de maneira a evitar qualquer contato físico, prejudicial aos papéis. Por último, efetua-se a leitura dos documentos, a partir da qual são feitos resumos contendo os assuntos-chave de cada um. Esses resumos serão disponibilizados na internet, juntamente com a versão digitalizada de cada documento. O atual coordenador técnico do projeto, Rodolfo Peres Rodrigues, explicou que "esse resumo facilitará aos interessados encontrar as informações desejadas mais rapidamente ou, pelo menos, a ter uma visão prévia para saber qual documento vai lhe servir".

Além dos coordenadores e pesquisadores, a equipe responsável por todos os trabalhos também inclui dez estagiários/bolsistas, vindos de cursos como História e Biblioteconomia. Os trabalhos foram iniciados em agosto de 2010, com previsão de encerramento em março de 2011, embora os coordenadores tenham solicitado extensão de prazo. "É um trabalho absolutamente artesanal", salienta Campos Júnior.

Carlos Siqueira

Jaqueline Telis

Todos os documentos foram tratados e digitalizados por meio de uma câmera fotográfica adaptda

Recuperação

A recuperação dos documentos é realizada no Cidarq, por meio de três processos: higienização, desinfestação e acondicionamento. A higienização consiste em remover todos os elementos aparentes, como pó, grampos e folhas coladas. É preciso também remover os agentes menores, inclusive insetos e seus ovos, que colaboram para danificar o papel. A desinfestação é realizada por anóxia, colocando-se os papéis em um invólucro lacrado com pastilhas indicadoras e absorvedoras de oxigênio, durante trinta dias. Finalmente, os registros são acondicionados em caixas especiais, que contribuem para a sua preservação.